

FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE ISENÇÃO

Documentos necessários para apresentação:

- RG
- CPF
- CRV/CRLV
- Comprovante de residência (conta de fornecimento de água, energia elétrica, telefone)

Dados do Requerente:

Nome:
Endereço Residencial:
CEP:
Bairro/Distrito:
Cidade:
Estado Civil
RG:
CPF:
Telefone(s):
E-mail:

Dados do Veículo:

Placa:

Categoria: () de passeio () de carga/caminhonete

Dados do dispositivo que possuía anteriormente:

Identificação do dispositivo () TAG; () Cartão

Número:

RESPONSABILIZO-ME, SOB AS PENAS DA LEI, PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES ACIMA POR MIM PRESTADAS.

_____, _____ de _____ 20____.

Assinatura do Requerente

DECLARAÇÃO

Para fins de usufruir do direito à isenção no pedágio de _____, conforme previsto na Resolução EGR nº 57/2021, eu _____, _____ (nacionalidade, estado civil, profissão, CPF, RG), **DECLARO** ser proprietário registrado no DETRAN/RS do veículo com placa _____, do Município de _____, onde o declarante reside e é domiciliado, na Rua/Avenida _____.

DECLARO ainda estar ciente de que devo manter meus dados perfeitamente atualizados na EGR para manutenção da isenção acima referida, sob pena de perda do benefício, bem como estou ciente do caráter precário do benefício, hoje concedido discricionariamente pela EGR, podendo ser revisto ou revogado a qualquer momento, nos termos das normativas vigentes na Administração Pública, não gerando ao beneficiário, sob hipótese alguma, direito adquirido.

Por fim, **DECLARO** serem verdadeiros todos os dados aqui fornecidos, ciente de que, em caso contrário, o declarante incidirá, no mínimo, nas penas do crime previsto no artigo 299 do Código Penal Brasileiro:

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único. Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

_____, _____ de _____ 20____.

Assinatura do Requerente